

ZAMP S.A.

CNPJ/MF n.º 13.574.594/0001-96

NIRE 35.300.393.180

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO FISCAL

CAPÍTULO I –OBJETO

Artigo 1º Este regimento interno disciplina o funcionamento do Conselho Fiscal (“**Conselho Fiscal**”) da Zamp S.A. (“**Regimento**” e “**Companhia**”, respectivamente), quando instalado, observado o disposto no Código Brasileiro de Governança Corporativa das Companhias Abertas, no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**Regulamento do Novo Mercado**” e “**B3**”, respectivamente), na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das S.A.**”), na regulamentação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) e no Estatuto Social da Companhia.

CAPÍTULO II –COMPETÊNCIA

Artigo 2º Compete ao Conselho Fiscal a fiscalização dos atos dos administradores e da gestão da Companhia e opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias. Sem prejuízo das demais atribuições previstas na Lei das S.A., compete ao Conselho Fiscal:

- (i)** Fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- (ii)** Opinar sobre o relatório anual da Administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- (iii)** Opinar sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão;
- (iv)** Denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia;
- (v)** Convocar Assembleia Geral Ordinária, se os órgãos de administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a Extraordinária, sempre que ocorrerem motivos

graves ou urgentes, incluindo nas agendas das Assembleias as matérias que considerarem necessárias;

(vi) Analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia;

(vii) Examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

(viii) Exercer as atribuições acima, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

Parágrafo Único Os órgãos de administração da Companhia são obrigados, através de comunicação por escrito, a colocar à disposição dos membros em exercício do Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, cópias das atas de suas reuniões e, dentro de 15 (quinze) dias do seu recebimento, cópias dos balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente e, quando houver, dos relatórios de execução de orçamentos.

CAPÍTULO III – DA COMPOSIÇÃO, MANDATO, INVESTIDURA E VACÂNCIA

Artigo 3º De acordo com o Estatuto Social, o Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição

Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 3º A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do termo de posse, que deve contemplar sujeição à cláusula compromissória referida no artigo 33 do estatuto social da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 4º Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que mantiver vínculo com sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia ("**Concorrente**"), estando vedada, entre outros, a eleição da pessoa que: (i) for empregada, sócia, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; (ii) for cônjuge ou parente até segundo grau de sócio, acionista ou membro de órgão da administração, técnico, consultivo ou fiscal de Concorrente

ou de Controlador, Controlada ou sociedade sob Controle comum com Concorrente; e (iii) for fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência.

Parágrafo 6º A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável.

CAPÍTULO IV – DAS REUNIÕES DO CONSELHO FISCAL

Artigo 4º As reuniões do Conselho Fiscal, ordinárias e extraordinárias, somente se instalarão com a presença da maioria dos membros em exercício.

Parágrafo 1º Cada membro do Conselho Fiscal em exercício terá direito a 1 (um) voto.

Parágrafo 2º Fica facultada a participação dos Conselheiros na reunião por telefone, videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva e a autenticidade do seu voto, nos termos definidos no Estatuto Social, desde que o voto seja proferido por escrito e arquivado na sede da Companhia, podendo o voto, inclusive, ser encaminhado pelo conselheiro por meio eletrônico. O Conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente à reunião e seu voto válido, para todos os efeitos legais, e incorporado à ata da referida reunião.

Parágrafo 3º As reuniões do Conselho Fiscal serão presididas por um dos membros do órgão escolhido na própria reunião pela maioria do voto dos presentes. O presidente da reunião indicará o secretário da reunião.

Artigo 5º As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas na periodicidade definida pelo próprio Conselho Fiscal. Tais reuniões serão convocadas pelo presidente do próprio órgão, ou por solicitação escrita de ao menos 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º A convocação deverá ser feita por e-mail com 8 (oito) dias de antecedência, indicando a ordem do dia, e acompanhada dos documentos pertinentes.

Parágrafo 2º As reuniões do Conselho Fiscal serão realizadas na sede da Companhia ou em outro local previamente acordado entre os Conselheiros.

Parágrafo 3º As formalidades previstas acima poderão ser dispensadas se comparecerem à reunião a totalidade dos membros do Conselho Fiscal, caso em que a reunião será considerada devidamente instalada e regular

Parágrafo 4º Os membros do Conselho Fiscal poderão consentir em dispensar a reunião e decidir por escrito as matérias que dela seriam objeto, caso considerem que tais matérias já foram suficientemente debatidas por qualquer outro meio, e contanto que todos os Conselheiros celebrem documento por escrito formalizando tal consentimento.

Parágrafo 5º É vedada a deliberação, pelo Conselho Fiscal, de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 6º Ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das S.A., deste Regimento, as deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas mediante voto afirmativo da maioria simples dos presentes à respectiva reunião, não se computando as abstenções, nem os eventualmente impedidos.

Artigo 8º Verificado o quórum de instalação, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

- (i) abertura da sessão;
- (ii) prestação de esclarecimentos iniciais pelo presidente da reunião;
- (iii) leitura sucinta da ordem do dia a ser submetida à votação;
- (iv) apresentação, discussão, encaminhamento de propostas e votação dos assuntos da ordem do dia, na ordem proposta pelo Presidente; e
- (v) apresentação de proposições, pareceres e comunicação dos Conselheiros.

Artigo 9º As sessões deverão ser suspensas ou encerradas, quando as circunstâncias o exigirem, a pedido de qualquer Conselheiro e com aprovação do Conselho.

Parágrafo Único No caso de suspensão da sessão, o presidente da mesa deverá marcar a data, hora e local para sua continuação, ficando dispensada a necessidade de nova convocação.

Artigo 11º As matérias e deliberações tomadas nas reuniões do Conselho, serão válidas se tiverem voto favorável da maioria dos membros presentes, lavradas em atas, registradas no Livro de Atas de reuniões do Conselho e, sempre que aprovarem pareceres, deverão ser divulgadas no website da Companhia e da CVM, acompanhadas das eventuais manifestações encaminhadas pelos conselheiros, em até 7 (sete) dias úteis contados da data de divulgação do ato ou fato objeto do parecer.

Parágrafo único As atas serão redigidas com clareza, registrarão todas as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e a abstenção de votos, inclusive por conflitos de interesses. Deverão ser acompanhadas por lista de presença dos conselheiros na reunião e aprovadas formalmente, ainda que tal apreciação ocorra posteriormente, por e-mail.

CAPÍTULO V – DA REMUNERAÇÃO

Artigo 12º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o disposto na Lei das S.A.

Parágrafo único A remuneração e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16º Este Regimento foi aprovado de forma consolidada pelo Conselho Fiscal da Companhia em 9 de agosto de 2022, podendo ser consultados nos sites de relações com investidores da Companhia <https://burgerking.riweb.com.br/> e da CVM <http://www.cvm.gov.br/>.

Artigo 17º. As omissões deste Regimento e eventuais dúvidas de interpretação serão decididas em reunião do Conselho Fiscal.

Artigo 18º Este Regimento somente poderá ser modificado, revisado ou revogado por deliberação do Conselho Fiscal.